

AZ@BXL

Número: 329

Data: 2024.09.27

No título: [Norte Pequeno PRC6SJO](#), [Parque Natural de São Jorge](#)

Nota: A [série](#) atual percorre os trilhos pedestres dos Açores (61). Esta quadragésima segunda edição aventura-se pelo trilho do [“Norte Pequeno PRC6SJO”](#), na ilha de São Jorge.

O trilho do Norte Pequeno é um percurso pedestre circular que começa e termina nas imediações da Junta de Freguesia do Norte Pequeno, seguindo por um caminho secundário à Estrada Regional.

Ao percorrer este trilho passa pelas principais fajãs desta freguesia, tais como Mero, Penedia e Pontas, onde é frequente observar diversos cursos de água, sendo que poderá também avistar uma grande diversidade de flora e fauna. Este trilho percorre a Área de Paisagem Protegida das Fajãs do Norte.

Inicie o trilho junto à Junta de Freguesia do Norte Pequeno e siga pelo interior da localidade em direção ao mar. Seguindo as marcas, continue por um caminho de terra à esquerda, que dá acesso a terrenos agrícolas e a uma zona de captação de água para uso doméstico.

*Na parte com maior inclinação, o trilho serpenteia ao longo da falésia por entre a vegetação composta maioritariamente por urzes (*Erica azorica*), faias-da-terra (*Morella faya*), incensos (*Pittosporum undulatum*) e conteiras (*Hedychium gardnerianum*), sendo as últimas duas espécies invasoras. Também consegue observar vimieiros (*Salix fragilis*) e espadana (*Phormium tenax*), que forneciam matéria-prima para a construção de utensílios para uso quotidiano da população, bem como inhames (*Colocasia esculenta*), um tubérculo que supria a falta do pão e é hoje considerado um produto de gastronomia tradicional. Pode, igualmente, avistar diversos fios que eram e são utilizados para o transporte de lenha e de alimento para os animais.*

Junto à orla costeira, a Fajã do Mero é o principal local habitado com que se depara. Depois de visitar este lugar, siga pelo caminho principal até à Fajã da Penedia, onde pode contemplar a paisagem, culturas e casas tradicionais. Ao chegar a o centro da fajã,

existe um desvio à esquerda para a Ermida de Santa Filomena, recentemente reconstruída. De volta ao caminho principal, continue para leste até encontrar uma bifurcação.

Opte pelo caminho à esquerda para aceder à Fajã das Pontas, onde deverá descer até um pequeno porto de pesca, rodeado de algumas casas e uma zona costeira muito convidativa a um banho nas águas do Atlântico.

Aproveite para descansar e retorne pelo mesmo caminho até encontrar a bifurcação, onde deverá seguir à esquerda pelo caminho da Penedia que sobe para o Norte Pequeno. Siga a sinalética até chegar ao local onde iniciou o percurso.

Créditos: [Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas](#)

DESTAQUES



[Regiões em destaque: Anuário regional do Eurostat](#)

[Comissão toma medidas para assegurar a transposição plena e rápida das diretivas da UE \(pacote de infrações setembro\)](#)

[Comissão Europeia publica as últimas recomendações para a transposição das disposições da Diretiva Eficiência Energética](#)

[Prémio Sakharov 2024: apresentação dos candidatos](#)

[Comissão congratula-se com a declaração internacional sobre a luta contra a resistência antimicrobiana](#)



Até 30 de setembro



Novo financiamento da UE para ideias inovadoras destinadas a reduzir o desemprego de longa duração e a ajudar as pessoas a encontrar emprego

A Comissão Europeia [lançou](#) um [convite à apresentação de propostas](#) no valor de 23 milhões de euros para ajudar os Estados-Membros da UE a desenvolver novas formas de combater o desemprego de longa duração e ajudar as pessoas a reintegrar o mercado de trabalho. Este convite foi anunciado no recente plano de ação para fazer face à escassez de mão de obra e de competências na UE.

Através do presente convite à apresentação de propostas, financiado ao abrigo da iniciativa “Inovação Social +” do Fundo Social Europeu Mais (FSE+), a Comissão tem por objetivo desenvolver iniciativas promissoras anteriores e reforçar o papel das organizações da economia social. Estas organizações dão prioridade a objetivos sociais e ambientais e reinvestem a maior parte dos seus ganhos nas suas iniciativas. Têm uma capacidade comprovada para apoiar pessoas que sofreram de isolamento e pobreza em consequência do desemprego de longa duração.

As organizações têm até 30 de setembro de 2024 para apresentarem as suas propostas, seguindo as instruções constantes do [sítio Web do convite](#), que deve envolver organizações de, pelo menos, dois países diferentes da UE, Islândia, Montenegro, Noruega e Sérvia. Os projetos podem ter uma duração máxima de 36 meses e podem receber subvenções que variam entre 1 e 3 milhões de euros por projeto. Uma [sessão em linha](#) a 28 de maio de 2024 oferecerá a oportunidade de colocar quaisquer questões sobre o convite, enquanto será também organizada uma sessão de *match-making* para facilitar a criação de novas parcerias para construir projetos. As informações sobre ambas as sessões serão disponibilizadas na página *Web* do convite.

3 de outubro



Regulamentação do lobby em Portugal, Bélgica e na UE

O lobbying é visto pela maioria dos decisores políticos e representantes de interesses como parte integrante do processo de tomada de decisões em qualquer democracia saudável. No entanto, ainda é considerado por algumas autoridades e pela sociedade como uma questão preocupante que precisa ser regulamentada.

Neste contexto, a Câmara de Comércio Belgo-Portuguesa decidiu organizar um evento para debater o estado da regulamentação do lobbying em Portugal, na Bélgica e na União Europeia.

O evento, em formato híbrido, irá decorrer no próximo dia 3 de outubro entre as 9h e as 11 h (de Bruxelas), podendo encontrar [aqui](#) mais informação sobre este evento e a ligação que lhe permitirá efetuar o seu registo.

7 a 10 de outubro



22ª edição da Semana Europeia das Regiões e dos Municípios

A [Semana Europeia das Regiões e dos Municípios](#) (#EURegionsWeek) é o maior evento anual em Bruxelas dedicado à política de coesão. Tornou-se uma plataforma neutra para debater os desafios comuns das regiões e cidades da Europa, reunindo uma comunidade diversificada de oradores e participantes.

Qual é o objetivo da “EURegionsWeek”? Discutir os desafios comuns que se colocam às regiões e cidades da Europa e examinar possíveis soluções, reunindo políticos, decisores, peritos e profissionais da política de coesão, bem como partes interessadas do setor empresarial, da banca, do meio académico, das instituições da EU e dos meios de comunicação social; proporcionar uma plataforma para o reforço de capacidades, a aprendizagem e o intercâmbio de experiências e boas práticas para os responsáveis pela execução da política de coesão da EU e pela gestão dos seus instrumentos financeiros; facilitar a cooperação e a criação de redes entre regiões e cidades; contribuir para o debate sobre a política de coesão da EU num contexto mais vasto, incluindo investigação recente e pontos de vista de países terceiros e organizações internacionais.

Todas as informações podem ser consultadas [aqui](#). **As inscrições terminam a 30 de setembro de 2024.**

8 de outubro



Conselho (Assuntos Económicos e Financeiros)

O Conselho debaterá a implementação do Mecanismo de Recuperação e Resiliência. Os ministros debaterão o impacto económico e financeiro da agressão da Rússia contra a Ucrânia. Espera-se que o Conselho aprove conclusões sobre o financiamento da luta contra as alterações climáticas e sobre a revisão da lista da UE de jurisdições não cooperantes para efeitos fiscais.

Mais informação sobre a agenda da reunião disponível [aqui](#).

9 de outubro



4.º Fórum sobre Boas Práticas na Cadeia de Abastecimento Agroalimentar

O 4.º Fórum “Do Prado ao Prato”, um importante evento anual para todos os intervenientes na cadeia de abastecimento alimentar na UE, centrar-se-á na forma como os produtores podem aumentar os rendimentos através da participação ativa na cadeia de valor.

Lançado em dezembro de 2021, o Fórum sobre Boas Práticas na Cadeia de Abastecimento Agroalimentar é uma das ações previstas pela Comissão Europeia no âmbito da Estratégia “Do Prado ao Prato”. O fórum visa reforçar a cooperação entre os produtores primários e outros intervenientes, melhorar a posição dos agricultores na cadeia de abastecimento alimentar e aumentar a transparência do mercado.

A quarta edição do fórum terá lugar em Bruxelas, **em 9 de outubro de 2024**. Todos os intervenientes no setor agroalimentar são convidados a inscrever-se através da [página do evento](#).

As inscrições para o fórum estão abertas até 30 de agosto de 2024 e os participantes selecionados receberão a confirmação de sua participação o mais rápido possível após esse prazo.

Até 14 de outubro



Convite à apresentação de propostas no valor de 90 milhões de euros no âmbito da política de coesão reforça a inovação urbana em toda a UE

Para reforçar e fortalecer ainda mais o desenvolvimento urbano sustentável nas cidades da EU, a Comissão Europeia [lançou](#) um terceiro convite à apresentação de propostas no valor de 90 milhões de euros no âmbito da [Iniciativa Urbana Europeia](#) (IUE). Os projetos selecionados no âmbito deste convite testarão soluções inovadoras nas cidades para as ajudar a concretizar as transições ecológica e digital.

Os projetos devem centrar-se numa das duas prioridades seguintes: transição energética – experimentar e explorar soluções inovadoras tangíveis que garantam sistemas energéticos locais acessíveis, seguros e mais limpos; tecnologia nas cidades – explorar tecnologias emergentes e soluções digitais para melhorar os serviços públicos, a governação urbana, a qualidade de vida, a participação dos cidadãos e garantir que as nossas cidades são mais seguras e acessíveis a todos.

O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) cofinanciará 80% dos custos do projeto, recebendo cada projeto até 5 milhões de euros. Parte deste financiamento apoiará a transferência de conhecimentos e a adaptação destas soluções testadas a outras cidades da EU, a fim de garantir que os projetos locais tenham um impacto social e económico mais vasto na Europa. Os restantes 20% serão cobertos pelas autoridades locais e pelos parceiros do projeto. Convidam-se os representantes interessados das cidades da EU a consultar a [página Web da IUE](#) para obter informações pormenorizadas sobre o processo de candidatura. O prazo para apresentação de propostas termina a 14 de outubro de 2024.

Até 16 de outubro



Prémio da UE para os Campeões da Igualdade de Género

O convite à apresentação de candidaturas para os Campeões da Igualdade de Género já [abriu](#). As organizações interessadas podem candidatar-se em linha através do Portal [Financiamento e Concursos](#) até **16 de outubro de 2024, às 17h00 (hora da Europa Central)**.

Este prémio distingue realizações notáveis alcançadas através da execução de Planos para a Igualdade de [Género](#) (GEP) criados por universidades, instituições de ensino superior e outras organizações que realizam investigação (públicas ou privadas), estabelecidas num Estado-Membro da UE ou num país terceiro [associado](#) ao Horizonte Europa.

Os candidatos só podem candidatar-se a uma das três categorias e os vencedores de edições anteriores não podem voltar a candidatar-se a outra categoria.

Os resultados serão anunciados oficialmente durante uma cerimónia de premiação a ser realizada em 2025. **Cada vencedor receberá um troféu e um prémio de 100 000 euros.**

Os critérios de admissibilidade, elegibilidade e atribuição são descritos em pormenor no [regulamento do concurso](#), que deve ser lido cuidadosamente por todos os candidatos antes de apresentarem a sua candidatura.

Até 22 de outubro



Comissão convida à apresentação de pedidos de financiamento para projetos transfronteiriços de energia limpa no âmbito do Mecanismo Interligar a Europa

A Comissão Europeia [lançou](#) um novo convite à apresentação de propostas no valor de 850 milhões de euros para apoiar projetos de infraestruturas energéticas no âmbito do Mecanismo Interligar a Europa. Este é o primeiro convite à apresentação de propostas de financiamento para a primeira lista de projetos de interesse comum e de projetos de interesse mútuo estabelecida ao abrigo do regulamento revisto relativo às redes transeuropeias de energia (RTE-E). O regulamento e a lista revistos estão alinhados com o Pacto Ecológico Europeu e ajudarão a EU a atingir os seus ambiciosos objetivos em matéria de clima e energia. É a primeira vez que os projetos de redes elétricas *offshore* e de hidrogénio são elegíveis para apoio ao abrigo do MIE e que as infraestruturas de combustíveis fósseis estão excluídas.

Os promotores de projetos poderão candidatar-se ao cofinanciamento da EU sob a forma de subvenções para estudos e obras de construção. O convite está aberto até 22 de outubro de 2024 e, a 14 de maio, a Comissão organizará uma jornada informativa virtual para apresentar o convite e informar as partes interessadas sobre o processo de candidatura e avaliação.



Consulta Pública: Rótulo «emissões de voo»

O Regulamento ReFuelUE Aviação cria um regime voluntário de rotulagem para os voos, baseado numa metodologia comum, normalizada e acessível ao público para calcular as emissões dos voos. O rótulo permitirá aos passageiros fazer escolhas informadas ao comparar as opções de voo.

Esta iniciativa estabelecerá os critérios e indicadores para a metodologia comum, que se baseará no trabalho realizado pela Agência Europeia para a Segurança da Aviação.

O período para [apresentação de comentários](#) decorre até ao dia 22 de outubro 2024 de (24 horas - hora de Bruxelas).

24 de outubro



Financiamento da Proteção e Restauração do Solo: Seminário Online

O [seminário](#), organizado pela Direção-Geral do Ambiente da Comissão Europeia, explorará a forma como as diferentes fontes de financiamento e mecanismos financeiros são relevantes para permitir a transição para a visão de solos saudáveis em toda a UE até 2050. Este debate é igualmente relevante no contexto da proposta da Comissão relativa a uma lei de monitorização dos solos para proteger e restaurar os solos e garantir a sua utilização sustentável ([proposta de diretiva relativa à monitorização e resiliência dos solos \(europa.eu\)](#)). Data limite para inscrição: 11 de outubro. [Agenda](#).

4 e 5 de novembro



"5th PCI Energy Days"

A [presente edição](#) das Jornadas da Energia [PIC](#) é dedicada à execução prática de [projetos de interesse comum e de projetos de interesse mútuo](#).

São convidados representantes das administrações dos países da UE, reguladores, operadores de rede e promotores de projetos a reunirem-se com a indústria, a sociedade civil e a comunidade financeira em geral para debater e partilhar exemplos bem-sucedidos de como superaram alguns dos desafios mais prementes na construção e modernização das infraestruturas energéticas necessárias para cumprir as metas da UE em matéria de clima e energia para 2030.

O evento tem a duração de dois dias e inclui uma conferência **política centrada** nos aspetos mais críticos da aceleração das infraestruturas energéticas em grande escala, nomeadamente as práticas de cooperação transfronteiriça entre promotores e autoridades, as experiências de licenciamento, a atração de financiamento, a resposta aos desafios em matéria de contratação pública e a exploração de oportunidades para uma abordagem colaborativa do planeamento das redes com e para as comunidades locais.

A participação é apenas presencial, mas o evento será transmitido **em direto via Internet** no canal YouTube da DG Energia em ambos os dias, podendo registar-se para participar neste evento [aqui](#), tendo como **data limite para esse registo as 9 h (CEST) do próximo dia 24 de outubro**.

6 e 7 de novembro



UAS4EUROPE e ERRIN Seminário de Reforço de Capacidades Horizonte Europa

A UAS4Europe e a ERRIN coorganizam um «Seminário de Reforço de Capacidades do Horizonte Europa» nos dias 6 e 7 de novembro de 2024, em Bruxelas.

Este workshop foi especificamente concebido para apoiar os recém-chegados ao Programa Horizonte Europa provenientes de ecossistemas regionais, incluindo universidades de ciências aplicadas, decisores políticos e administrações públicas. O evento de dois dias fornecerá aos participantes informações práticas sobre a forma de abordar o programa Horizonte Europa, identificando tópicos relevantes, criando consórcios bem-sucedidos e preparando candidaturas competitivas para o próximo convite à apresentação de propostas do Horizonte Europa.

O evento decorrerá em formato presencial, podendo encontrar [aqui](#) mais informação sobre o seminário e aceder ao formulário de inscrição, que terá de ser feita até ao dia 11 de outubro de 2024.

12 e 13 de novembro



Semana Europeia da Missão Solos

Marque os seus calendários para a Semana Europeia da Missão Solos 2024, marcada para 12-13 de novembro no BluePoint Bruxelas. Este evento de dois dias contará com atividades envolventes, discursos principais, painéis de discussão e amplas oportunidades de networking. Para aqueles que não puderem comparecer presencialmente, o evento será transmitido ao vivo.

Além disso, no dia 14 de novembro, será realizado um evento paralelo exclusivo para projetos financiados pela *Mission Soil*, com foco na gestão de dados, indicadores de solo, monitorização e envolvimento das partes interessadas.

Inscreva-se [aqui](#) na “*Mission Soil Week 2024*”.

20 de novembro



14.º Seminário ATF "O efetivo pecuário é mais do que alimento"

No contexto das alterações climáticas, a medição da utilização dos recursos animais em todas as suas componentes é uma questão fundamental. Inclui a utilização de produtos de origem animal para consumo humano, mas também muitas outras utilizações: fibras, alimentos para animais, energia, estrume para fertilização, biodiversidade e gestão do fogo, nutrição melhorada, isolamento de casas, intervenção médica, produção de medicamentos, bem como cultura e comunidades rurais dinâmicas. Todos estes usos, para além dos alimentos, contribuem para o fecho do ciclo biológico, sendo pontos fundamentais para reduzir o desperdício e valorizar o contributo da produção animal para a bioeconomia circular. Algumas delas, como o estrume, as fibras e a produção de medicamentos, são alternativas à utilização de recursos fósseis e contribuem significativamente para melhorar o equilíbrio climático da produção animal.

Os temas em discussão abrangem todas as espécies e envolve todos os atores, incluindo a produção, a indústria e o setor de valorização de coprodutos.

O 14.º Seminário da Animal Task Force (ATF) irá decorrer em formato híbrido, entre as 9h00 e as 13h00 (horas de Bruxelas) do próximo dia 20 de novembro. Pode registar-se [aqui](#).

Até 26 de novembro



Consulta pública: Arquitetura de segurança energética — balanço de qualidade

A UE dispõe de uma arquitetura de segurança energética abrangente, dividida por setores (por exemplo, eletricidade, gás, petróleo). Durante a crise energética causada pela invasão da Ucrânia pela Rússia, foram identificadas lacunas no quadro jurídico da UE. Além disso, a transição em curso para as energias limpas está a alterar o panorama energético. O presente balanço de qualidade visa, por conseguinte, avaliar o desempenho da arquitetura de segurança energética da UE e verificar se continua a ser adequada à sua finalidade.

Pode [participar](#) na presente consulta pública respondendo ao questionário em linha, decorrendo o período de consulta até ao dia 26 novembro 2024 (24 horas - hora de Bruxelas).

Até 27 de novembro



Apresentação de candidaturas às redes de doutoramento MSCA

[As redes de doutoramento MSCA](#) executam programas de recrutamento e formação de doutorandos no meio académico e noutros setores, incluindo a indústria, as empresas e as administrações públicas. O regime inclui o desenvolvimento de diplomas conjuntos, incluindo um eventual [diploma europeu](#). **O convite à apresentação de propostas, com um orçamento de 608,6 milhões de euros, será aberto a 29 de maio e encerrado a 27 de novembro.**

Até 21 de janeiro



Convites à apresentação de propostas de 2024 no âmbito do MIE-Transportes

Os [convites](#) à apresentação de propostas do Mecanismo Interligar a Europa (MIE) -Transportes de 2024 disponibilizam 2,5 mil milhões de euros para construir e modernizar as infraestruturas europeias de transportes. Apoiam a visão da Comissão Europeia de um futuro sistema de transportes sustentável, com soluções inteligentes e resilientes aplicadas para interligar a Europa.

Os projetos financiados no âmbito destes convites ajudarão a tornar a rede transeuropeia de transportes (RTE-T) mais sustentável, inteligente e resiliente e contribuirão para o objetivo da UE de alcançar a neutralidade climática até 2050.

Os convites abrangem as redes principal, principal alargada e global da RTE-T nos seguintes domínios: ferrovias; vias navegáveis interiores; portos marítimos e interiores; segurança rodoviária; terminais multimodais de mercadorias; plataformas multimodais de passageiros; aplicações inteligentes e interoperáveis para os transportes; mobilidade segura e protegida; e, resiliência das infraestruturas.

Os candidatos interessados devem contactar os pontos de contacto [nacionais](#) para o MIE-Transportes (declaração [de](#) confidencialidade), a fim de obter o seu acordo prévio para as suas propostas, **que terão de ser apresentadas até ao dia 21 de janeiro de 2025, às 17h00 (hora da Europa Central)**.

Até 5 de fevereiro

MSCA lança convite à apresentação de propostas no valor de 99,5 milhões de euros para intercâmbio de pessoal

A [ação de intercâmbio de pessoal](#) oferece uma oportunidade única para promover a transferência de conhecimentos e a inovação através de colaborações internacionais no domínio da investigação.

O convite à apresentação de propostas para intercâmbios de pessoal no âmbito das Ações Marie Skłodowska-Curie 2024 já está aberto, terminando o prazo para a apresentação de propostas em **5 de fevereiro de 2025**.

A Comissão Europeia afetará 99,5 milhões de **euros** ao financiamento de cerca de **90 projetos** que promovem a cooperação entre organizações na UE e em todo o mundo no domínio da investigação e inovação.



Agricultura, Alimentação e Ruralidade

Principais resultados do Conselho Agricultura e Pescas de 23 de setembro de 2024

Os ministros procederam a uma troca de opiniões centrada na situação dos mercados e debateram a implementação dos planos estratégicos da PAC (política agrícola comum), nomeadamente, o segundo ano de execução dos planos estratégicos da política agrícola comum (PAC).

Durante o **almoço informal**, os ministros da Agricultura realizaram um **debate** em que o professor Peter Strohschneider, presidente do **diálogo estratégico sobre o futuro da agricultura na UE**, apresentou o seu relatório. Os ministros congratularam-se com este debate informal, também à luz das conclusões do Conselho previstas sobre o futuro da PAC. Em especial, os ministros congratularam-se com o objetivo de reforçar a posição dos agricultores na cadeia de valor alimentar, tal como estabelecido no relatório.

Pode aceder [aqui](#) aos principais resultados das discussões travadas nesta reunião, bem como os documentos preparados para enquadrar as discussões.

Comissão propõe 120 milhões de euros de apoio aos agricultores afetados por fenómenos meteorológicos adversos na Bulgária, Alemanha, Estónia, Itália e Roménia

A Comissão Europeia [propôs](#) a afetação de 119,7 milhões de euros da reserva agrícola para apoiar diretamente os agricultores da Bulgária, da Alemanha, da Estónia, da Itália e da Roménia que foram afetados por acontecimentos climáticos adversos excecionais na primavera e no início do verão.

A Comissão propôs atribuir 10,9 milhões de euros à Bulgária, 46,5 milhões de euros à Alemanha, 3,3 milhões de euros à Estónia, 37,4 milhões de euros à Itália e 21,6 milhões de euros à Roménia.

Tal contribuirá para compensar os agricultores destes países que perderam parte da sua produção e, conseqüentemente, parte do seu rendimento. Os montantes hoje apresentados são um sinal de solidariedade da UE para com os agricultores afetados, que pode ser complementado por até 200 % com fundos nacionais.

Uma vez adotadas, as autoridades nacionais terão de distribuir esta ajuda até 30 de abril de 2025 e garantir que os agricultores são os beneficiários finais. Os Estados-Membros em causa terão igualmente de notificar à Comissão, até 31 de dezembro de 2024, os pormenores da execução das medidas, nomeadamente os critérios utilizados para determinar a concessão de auxílios individuais, o impacto pretendido da medida, as previsões de pagamentos por mês até ao final de abril e o nível do apoio adicional a conceder. A notificação deve também incluir as medidas tomadas para evitar distorções da concorrência e sobrecompensação.

A proposta da Comissão será debatida com todos os Estados-Membros, antes de estes decidirem sobre a sua aprovação durante a reunião do [Comité para a Organização Comum dos Mercados Agrícolas](#) de 7 de outubro.

Os agricultores de outros Estados-Membros foram afetados por fenómenos meteorológicos extremos na segunda metade do verão. A Comissão avaliará se tais danos também justificam a solidariedade da UE.

A política [agrícola comum \(PAC\) 2023-2027](#) inclui uma reserva agrícola de, pelo menos, 450 milhões de EUR por ano para fazer face a perturbações do mercado ou a acontecimentos excecionais que afetem a produção ou a distribuição. Ao ativar a reserva agrícola, os Estados-Membros têm de enviar à Comissão um relatório em que fundamentem os seus pedidos de indemnização e demonstrem a sua avaliação dos danos causados pelo acontecimento meteorológico excecional ou pelas medidas sanitárias.

No primeiro semestre de 2024, registaram-se temperaturas invulgarmente quentes e condições secas sem precedentes no sul do continente e nas ilhas de Itália. Esta situação afetou a produção de frutas e produtos hortícolas, vinho e culturas arvenses. A **Bulgária** foi também afetada pela seca durante o verão, com impacto nas culturas semeadas na primavera, especialmente no milho e no girassol. Em julho, a **Roménia** foi atingida por vagas de calor, secas, mas também por tempestades violentas e granizo intenso, prejudicando a produção de culturas arvenses e oleaginosas.

Em abril, a geada em partes da **Alemanha** danificou significativamente os pomares e as vinhas depois de terem começado a crescer após temperaturas amenas em março. No que diz respeito à **Estónia**, sofreu condições meteorológicas extraordinárias, que passaram de geadas e frio em dezembro e janeiro a temperaturas invulgarmente quentes em março, seguidas de geada e granizo e, mais tarde, no verão, chuvas intensas e inundações. A produção de culturas, em especial batatas, colza, frutas e produtos hortícolas, foi afetada negativamente.

Em julho, uma [parte da reserva agrícola já tinha sido atribuída](#) à Áustria, à Chéquia e à Polónia, que enfrentaram fenómenos climáticos adversos semelhantes, bem como a Portugal, que enfrentava graves perturbações do mercado no caso dos produtores de vinho.

Futuro da Água na Agricultura Mediterrânea sob cenários de Alterações Climáticas

Um estudo recente, conduzido por André M. Claro, André Fonseca, Helder Fraga e João A. Santos, analisou pesquisas sobre a disponibilidade futura de água para a agricultura na região mediterrânea sob cenários de alterações climáticas, abrangendo publicações de 2009 a 2024.

A análise, que incluiu 44 estudos relevantes, revelou que a maioria das pesquisas se concentrou em países do sudoeste da Europa, como Espanha, Itália e Portugal, e em culturas de videira e oliveira.

Os resultados indicam que as futuras reservas de água no Mediterrâneo podem não atender às demandas agrícolas devido à redução das entradas nos reservatórios e ao aumento das necessidades de irrigação. Para enfrentar esses desafios, os estudos sugerem o uso de plataformas de modelagem integrada e sistemas de suporte à decisão, que podem melhorar significativamente as práticas de gestão de água e terra na agricultura.

Consulte o documento na íntegra [aqui](#).

Falta visão estratégica para a agricultura biológica depois de 2030 – TCE

A estratégia da União Europeia (UE) para a agricultura biológica tem grandes falhas e faltam visão estratégica e metas para o setor depois de 2030, conclui o Tribunal de Contas Europeu (TCE), num relatório agora [divulgado](#).

De acordo com a auditoria, apesar de o plano estratégico atual – o terceiro, elaborado em 2021 e válido até 2030 –, para a agricultura biológica ser melhor do que o anterior (2014), faltam “objetivos adequados e quantificáveis e formas de medir os progressos” feitos no setor.

No [Relatório Especial 19/2024, “Agricultura biológica na UE – Lacunas e incoerências”](#), o TCE salienta também a inexistência de uma visão estratégica para além de 2030, “que daria ao setor a estabilidade e a perspetiva a longo prazo necessárias para ter êxito”.

Os auditores concluem ainda que a única meta definida pela UE – e que não é vinculativa – é aumentar a área cultivada em modo biológico, ressaltando que os Estados-membros variam muito no desenvolvimento da agricultura biológica e ambições para a aumentar, duvidando que seja alcançado o objetivo de atingir a meta de 25% até 2030.

O TCE recomenda a Bruxelas que reforce o quadro estratégico da UE para o setor biológico e melhore a ligação com o apoio da Política Agrícola Comum (PAC), nomeadamente definindo uma visão a longo prazo para o setor além de 2030 (até final de 2026) e ponderando incluir objetivos adicionais para complementar a meta de dedicar 25% da superfície à agricultura biológica (final de 2027).

Os auditores sugerem ainda que haja uma melhor integração dos objetivos ambientais e de mercado da agricultura biológica na PAC, incluindo a avaliação da contribuição dos fundos da PAC para a sustentabilidade económica da agricultura biológica (2026).

A França (10,1%), a Espanha (10,8%), a Itália (18,1%) e a Alemanha (9,8%) representam no seu conjunto 76% da superfície de produção biológica na UE, que é de 19,3% em Portugal, a quarta maior entre os Estados-membros.

Desde a década de 1990, a UE tem incentivado o recurso a práticas agrícolas mais sustentáveis do ponto de vista ambiental mantendo-se a agricultura biológica como o único método de produção agrícola que está normalizado e regulamentado.

O objetivo da agricultura biológica é produzir alimentos utilizando substâncias e processos naturais e contribuindo para uma maior biodiversidade e uma menor poluição da água, do ar e dos solos.

Em 2022, cerca de 17 milhões de hectares eram cultivados em modo biológico na UE, o que representa 10,5% do total da superfície agrícola utilizada.



Ambiente

Convenção de Berna: UE vai propor alteração do estado de conservação dos lobos

O Conselho [aprovou](#) uma decisão destinada a apresentar, em nome da União Europeia, uma proposta de alteração do estado de conservação do lobo, passando de espécies de fauna estritamente protegidas para espécies de fauna protegidas, tendo em vista a 44.ª reunião do Comité Permanente da Convenção de Berna. O Comité Permanente é responsável pela avaliação do estado de conservação das espécies e reunir-se-á em dezembro de 2024.

A alteração proposta dará maior flexibilidade na resposta aos desafios socioeconómicos decorrentes da expansão contínua da área de distribuição do lobo na Europa, mantendo simultaneamente um estado de conservação favorável para todas as populações de lobos na UE.

A espécie lobo está atualmente listada como uma espécie estritamente protegida (anexo II da Convenção de Berna). As Partes na Convenção devem dispor de medidas para a sua conservação. O estado de conservação do lobo tem revelado uma tendência positiva ao longo das últimas décadas. A espécie tem vindo a recuperar com sucesso em todo o continente europeu, e a população estimada quase dobrou em 10 anos (de 11 193 em 2012 para 20 300 em 2023).

Esta expansão contínua conduziu a desafios socioeconómicos, em especial no que diz respeito à coexistência com as atividades humanas e aos danos causados aos animais. De acordo com os últimos dados disponíveis dos Estados-Membros, estima-se que os lobos matem pelo menos 65 500 cabeças de gado por ano na UE.

A alteração proposta visa incluir o lobo como espécie protegida (transferindo a espécie para o anexo III da Convenção de Berna). Isto significa que a sua proteção deve ser assegurada através de medidas adequadas e necessárias. Qualquer exploração da espécie deve manter a população de lobos fora de perigo e estar alinhada com as exigências científicas e ecológicas, entre outras.

A Comissão apresentará agora a proposta ao secretariado da Convenção de Berna. Qualquer alteração à Convenção de Berna deve ser adotada por dois terços das suas partes contratantes. As alterações aos apêndices entram em vigor três meses após a sua adoção.

A alteração do nível de proteção não seria imediatamente aplicável na UE. Uma vez que a alteração dos apêndices da Convenção de Berna entre em vigor, a UE será autorizada a alterar os anexos correspondentes da Diretiva Habitats – a legislação da UE que aplica a Convenção de Berna – a fim de adaptar o nível de proteção dos lobos na sua ordem jurídica interna.



Coesão e solidariedade interna da UE

Conselho decide conceder 1 028,54 milhões de euros em ajuda de resposta a catástrofes à Itália, à Eslovénia, à Áustria, à Grécia e à França

O Conselho [acordou](#) em mobilizar o Fundo de Solidariedade da União Europeia para prestar assistência à Itália, à Eslovénia, à Áustria, à Grécia e à França em relação a seis catástrofes naturais que ocorreram em 2023. A assistência provirá do orçamento da UE para 2024.

O Fundo de Solidariedade da União Europeia será mobilizado num montante total de 1 028,54 milhões de euros em dotações de autorização e de pagamento, incluindo o montante de 231,78 milhões de euros a título de adiantamentos, dos quais: 446,64 milhões de euros para prestar assistência à Itália na sequência das inundações causadas por chuvas de extrema intensidade na região da Emília-Romanha, em maio de 2023 (378,83 milhões de euros), incluindo o montante de 94,71 milhões de euros a título de adiantamento, e na região da Toscana, em outubro e novembro de 2023 (67,81 milhões de euros); 428,41 milhões de euros para prestar assistência à Eslovénia na sequência das inundações causadas pelas fortes chuvas que assolaram todo o país em agosto de 2023, incluindo o montante de 100 milhões de euros a título de adiantamento; 5,20 milhões de euros para prestar assistência à Áustria na sequência das inundações causadas por fortes chuvas nas regiões do sul do país em agosto de 2023; 101,53 milhões de euros para prestar assistência à Grécia na sequência das inundações causadas pela tempestade mediterrânica «Daniel» em vários locais do centro da Grécia, em especial na região da Tessália, em setembro de 2023, incluindo o montante de 25,38 milhões de euros a título de adiantamento; e, 46,76 milhões de euros para prestar assistência à França na sequência das inundações causadas pelas fortes chuvas na antiga região do Norte-Pas de Calais em novembro de 2023, incluindo o montante de 11,69 milhões de euros a título de adiantamento

Na prática, após a entrada em vigor da decisão, a UE transferirá verbas da Reserva para a Solidariedade e as Ajudas de Emergência inscritas no seu orçamento para 2024 para a rubrica orçamental operacional do Fundo de Solidariedade da UE, de onde poderão ser pagas aos países que tenham solicitado assistência financeira ao abrigo deste fundo depois de serem atingidos por catástrofes naturais.



Com 338 milhões de euros, o programa «Europa Criativa» contribuirá para a transição verde e digital, a coesão social e o apoio económico em 2025

A Comissão Europeia [publicou](#) as prioridades do programa Europa Criativa para 2025. Com um orçamento de 338 milhões de euros, este programa visa apoiar os setores culturais e criativos da Europa, promovendo simultaneamente a inovação, a sustentabilidade e a inclusão social.

No que se refere à transição digital e conteúdos audiovisuais, o programa «Europa Criativa» apoiará a transição digital através do aumento da utilização de tecnologias como a inteligência artificial na produção e distribuição de conteúdos culturais. A vertente MEDIA receberá 135,4 milhões de euros e promoverá coproduções europeias nos setores do cinema, das séries de televisão, dos jogos de vídeo e do documentário.

No que diz respeito à sustentabilidade, o programa «Europa Criativa» visa contribuir para os objetivos do «Pacto Ecológico Europeu» através de práticas culturais sustentáveis. Em 2025, será introduzida uma ferramenta de medição das emissões de carbono para as produções audiovisuais, a fim de reduzir o seu impacto ambiental. Esta iniciativa faz parte de uma estratégia global para tornar os setores criativos mais ecológicos.

Visando a inclusão social e igualdade de género, à “Culture Moves Europe” – que apoia os intercâmbios transfronteiras, oferecendo oportunidades para residências artísticas e mobilidade individual – é destinado um orçamento de 3,5 milhões de euros em 2025, e continuará a promover a mobilidade dos artistas, nomeadamente facilitando a mobilidade virtual das pessoas com deficiência. Todos os projetos financiados terão de incorporar estratégias de igualdade e inclusão.

Para convites à apresentação de projetos, a vertente “Cultura”, dotada de um orçamento de 102,5 milhões de euros, permitirá lançar convites à apresentação de projetos de apoio à cooperação europeia. Será igualmente lançado um convite à apresentação de propostas para apoiar a circulação de obras literárias, facilitando a tradução e a divulgação de obras europeias junto de um público mais vasto.

O sistema espanhol de proteção das línguas regionais e minoritárias está bem desenvolvido, mas persistem lacunas nos domínios da justiça, dos cuidados de saúde e da administração pública

Num [relatório de avaliação](#) agora publicado, o [Comité de Peritos da Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias](#) do Conselho da Europa conclui que, embora a Espanha disponha de um sistema bem desenvolvido para a proteção e promoção das suas línguas regionais e minoritárias, são necessários esforços suplementares para colmatar as lacunas existentes, a fim de cumprir as obrigações que lhe incumbem por força do Tratado. (Ver resumo do relatório em [espanhol](#)).

O relatório lamenta que o atual quadro jurídico ou a sua atual interpretação não assegure que os processos penais, civis ou administrativos possam ser conduzidos em línguas regionais ou minoritárias, mesmo mediante pedido. O relatório sublinha que estas línguas raramente são utilizadas nos processos judiciais.

A utilização de línguas regionais ou minoritárias na administração pública continua também a ser limitada nas comunidades autónomas onde as línguas regionais ou minoritárias são protegidas. Embora as administrações locais e regionais exijam frequentemente conhecimentos destas línguas entre os funcionários públicos, a disponibilidade de pessoal com proficiência linguística suficiente na administração pública é reduzida. O Comité salienta que a digitalização dos serviços públicos, embora benéfica, não deve marginalizar a utilização das línguas regionais ou minoritárias.

A disponibilidade de programas de rádio e televisão em línguas regionais e minoritárias é, de um modo geral, adequada a nível das comunidades autónomas, mas é necessário fazer mais para apoiar a sua presença em plataformas internacionais de streaming.

Pode consultar [aqui](#) a nota de imprensa na sua versão integral.



Mecanismo Europeu de Apoio à Paz: Conselho adota segunda medida de assistência da UE de apoio ao Exército da República da Macedónia do Norte

O Conselho [adotou](#) uma medida de assistência ao abrigo do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz (MEAP) no valor de 13 milhões de euros com o objetivo de reforçar as capacidades do Exército da República da Macedónia do Norte.

A medida de assistência reforçará as capacidades da Macedónia do Norte no que diz respeito à sua participação nas operações e missões da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) da UE e noutras missões internacionais.

A decisão agora tomada ilustra ainda mais a associação crescente com a Macedónia do Norte em matéria de segurança e defesa. Reflete o empenhamento coerente dos parceiros em reforçar a sua cooperação neste domínio político, em total alinhamento da Macedónia do Norte com a Política Externa e de Segurança Comum da UE.

O MEAP fornecerá equipamento não concebido para fornecer força letal, respetivos consumíveis e serviços conexos, incluindo formação técnica, se for caso disso. A medida de assistência incluirá apoio em tecnologias relacionadas com os serviços de informações, vigilância e reconhecimento, guerra eletrónica e serviços de informação sobre sinais, equipamento logístico e de engenharia, bem como sistemas de comunicação e informação.



Diplomacia e Solidariedade Externa da UE

Declaração conjunta da União Europeia, Austrália, Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Catar, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Reino Unido e Estados Unidos sobre a situação no Médio Oriente

“A situação entre o Líbano e Israel desde 8 de outubro de 2023 é intolerável e apresenta um risco inaceitável de uma escalada regional mais ampla. Isto não interessa a ninguém, nem ao povo de Israel nem ao povo do Líbano.

É tempo de concluir um acordo diplomático que permita aos civis de ambos os lados da fronteira regressarem às suas casas em segurança.

A diplomacia, no entanto, não pode ter sucesso em meio a uma escalada desse conflito.

Assim, apelamos a um cessar-fogo imediato de 21 dias através da fronteira entre o Líbano e Israel, a fim de proporcionar espaço à diplomacia com vista à conclusão de um acordo diplomático compatível com a Resolução 1701 do CSNU e à implementação da Resolução 2735 do CSNU relativa a um cessar-fogo em Gaza

Apelamos a todas as partes, incluindo os Governos de Israel e do Líbano, para que apoiem o cessar-fogo temporário imediatamente coerente com a Resolução 1701 do CSNU durante este período e deem uma oportunidade real a uma solução diplomática.

Estamos então dispostos a apoiar plenamente todos os esforços diplomáticos para concluir um acordo entre o Líbano e Israel dentro deste período, com base nos esforços envidados nos últimos meses, que ponha termo a esta crise por completo.”.



Economia, Comércio e Concorrência

Vinte Estados-Membros da UE dão orientações para a futura Estratégia para o Mercado Único

Um grupo de vinte Estados-Membros, liderado pelo Luxemburgo e pela República Checa e onde se inclui **Portugal** entre os seus subscritores, publicou um documento informal («non-paper»), que especifica as prioridades a incluir, segundo estes Estados, na futura estratégia para o mercado único que a Comissão Europeia deverá apresentar até junho de 2025. Estes países apelam à Comissão para que melhore prioritariamente as condições para a realização de negócios na UE.

Sem surpresa, a simplificação e harmonização das regras da UE estão entre as exigências dos signatários, que também apelam à aplicação do reconhecimento mútuo tanto quanto possível entre os Estados-Membros, a fim de reduzir as barreiras transfronteiriças. As regras neste domínio são ainda pouco aplicadas em todo o continente, nomeadamente no domínio das qualificações profissionais.

Outros obstáculos ainda não são abordados pela legislação europeia. É o caso das restrições territoriais de abastecimento, que devem ser proibidas, segundo a ministra luxemburguesa da Economia, das PME e da Energia, Lex Delles. Trata-se de casos em que os fabricantes se recusam a abastecer clientes noutra Estado-Membro e os remetem para um concessionário local que cobra preços mais elevados. «Ao proibir tais práticas, podemos mostrar às empresas e aos consumidores que a UE pode produzir resultados concretos para eles», afirma Lex Delles.

Já em maio, oito Estados-Membros instaram a Comissão a agir contra estas práticas.

Em termos de ação, os vinte Estados-Membros apelam a um roteiro dedicado ao sector dos serviços, que continua a enfrentar muitas dificuldades no mercado único. Tal deve incluir um calendário e objetivos intermédios claros. Além disso, facilitar o trabalho transfronteiriço das empresas exige inevitavelmente uma melhor interconexão dos territórios e digitalização, de acordo com o documento informal. Por conseguinte, são necessárias ferramentas digitais específicas para apoiar as empresas.

Pode consultar a versão integral do documento informal [aqui](#).

Comissão lança consultas no âmbito da OMC em contestação do inquérito antissubvenções da China sobre produtos lácteos da UE

A Comissão [lançou](#) um pedido de consulta junto da Organização Mundial do Comércio (OMC) contestando a abertura de um inquérito antissubvenções por parte da China contra as importações de determinados produtos lácteos provenientes da UE.

Trata-se da primeira vez que a UE decide contestar um inquérito na sua fase de início. A ação da UE foi motivada por um padrão emergente de recurso a medidas de defesa comercial por parte da China, com base em alegações questionáveis e em elementos de prova insuficientes, num curto espaço de tempo.

Ao fazê-lo, a Comissão mantém-se fiel ao seu compromisso de defender firmemente **os interesses do setor dos laticínios da UE e a política agrícola comum** contra processos abusivos.

A Comissão acompanhou os inquéritos de muito perto desde o início, em plena cooperação com os produtores-exportadores da UE e as autoridades dos Estados-Membros. A Comissão está determinada a utilizar plenamente todos os meios jurídicos disponíveis para defender a indústria da UE contra a utilização abusiva de instrumentos de defesa comercial.

As consultas agora solicitadas pela UE representam o primeiro passo no processo de resolução de litígios da OMC. Se não conduzirem a uma solução satisfatória, a UE poderá solicitar à OMC a criação de um painel para tomar uma decisão sobre este inquérito.

Conselho (Competitividade – Mercado Interno e Indústria): principais resultados

Os Ministros responsáveis pelo mercado interno e pela indústria reuniram-se em Bruxelas, destacando-se os debates sobre o futuro da competitividade europeia, o enquadramento dos auxílios estatais e as PME e os benefícios do mercado único. Debateram igualmente o comércio eletrónico, tal como solicitado pela Delegação Alemã, e as prioridades para o mercado único, a pedido das Delegações Checa e Luxemburguesa.

Pode aceder [aqui](#) aos principais resultados das discussões travadas nesta reunião, bem como os documentos preparados para enquadrar os debates.

Preparação para situações de crise: Conselho adota Regulamento de Emergência e Resiliência do Mercado Interno

O Conselho [deu](#) a sua aprovação final a um regulamento que estabelece um quadro de medidas em matéria de emergência e resiliência do mercado interno, mais conhecido como Regulamento de Emergência e Resiliência do Mercado Interno (ERMI). Esta é a última etapa do processo de decisão.

O regulamento agora adotado destina-se a antecipar, preparar e responder a futuras emergências, acompanhando eventuais crises futuras, ativando modos de vigilância ou de emergência à medida que ocorrem e coordenando as respostas a nível da UE e dos Estados-Membros. O Conselho adotou igualmente um pacote de medidas («Omnibus – ERMI») que alteram a legislação em vigor em domínios relacionados com o mercado interno e atualizam-na no que diz respeito a situações de crise.

O ERMI cria igualmente um «grupo consultivo», constituído pela Comissão e pelos Estados-Membros, para avaliar uma determinada situação e recomendar respostas, sempre que modos de vigilância ou de emergência sejam ativados.

O ERMI prevê medidas de último recurso em casos de emergência, tais como pedidos de informações específicas dirigidos aos operadores económicos, pedidos de produtos relevantes em situação de crise classificados como prioritários, um procedimento acelerado para a introdução de determinados produtos no mercado e derrogações às regras aplicáveis a produtos específicos.

A Comissão realizará testes de esforço e simulações de situações de crise para avaliar o seu eventual impacto na livre circulação de bens, serviços e pessoas. Os operadores económicos são igualmente incentivados a elaborar protocolos e a realizar ações de formação e simulações de crise.

No que se refere às próximas etapas, e na sequência desta aprovação pelo Conselho, o ato legislativo foi adotado. Depois de assinado pela presidente do Parlamento Europeu e pelo presidente do Conselho, o regulamento será publicado no *Jornal Oficial da União Europeia* e entrará em vigor 20 dias após a sua publicação. Os Estados-Membros disporão de um período de 18 meses para aplicar as novas regras, assim que o regulamento entrar em vigor.



Emprego e Demografia

Meio milhão de postos de trabalho da UE protegidos por medidas de defesa comercial da UE em 2023

Os instrumentos de defesa comercial têm um papel essencial na proteção dos postos de trabalho da UE, promovendo a equidade e condições de concorrência equitativas, de acordo com o **relatório de 2023 sobre as atividades de defesa comercial da UE**, agora [adotado](#).

No final de 2023, estavam em vigor na UE 182 medidas de defesa comercial, incluindo 156 medidas anti-*dumping*, 25 medidas antissubsídios e uma medida de salvaguarda, o que representa um **aumento de quase 40 %** em relação a 2018, ano em que estavam em vigor 133 medidas. Em 2023, foram iniciados duas vezes mais inquéritos que em 2022. Este aumento significativo da atividade sublinha a determinação da Comissão em resolver com firmeza os crescentes casos de comércio desleal.

O número de **postos de trabalho protegidos** na UE por estas medidas também aumentou drasticamente, passando de 365 000 em 2018 para quase 500 000 postos de trabalho diretos no final de 2023. Os setores industriais defendidos pelas medidas em vigor incluem setores estratégicos como a energia eólica, o vidro solar e as fibras óticas, que são cruciais para as transições ecológica e digital da UE. São também abrangidos vários setores com uma presença significativa de pequenas e médias empresas (PME) — por exemplo, a cerâmica —, as quais são particularmente vulneráveis a práticas comerciais desleais.

Além disso, o relatório salienta a **necessidade de tomar medidas**, como o início de um inquérito antissubvenções sobre veículos elétricos a bateria provenientes da China, **para proteger os setores das tecnologias verdes do comércio desleal**.

Por último, o relatório mostra que a Comissão continuou a defender rigorosamente a indústria da UE contra ações defensivas desleais lançadas por países terceiros, contribuindo assim para assegurar o **acesso contínuo aos mercados de países terceiros**.

As PME são mais vulneráveis à concorrência desleal. Ao longo de 2023, a Comissão priorizou e intensificou as ações para a ajudarem a combater a concorrência desleal das importações objeto de *dumping* e de subvenções. Tal inclui um serviço de apoio, uma página Web específica, assistência prática em inquéritos, orientações detalhadas, bem como vários programas de informação e formação.

O relatório destaca igualmente os setores da indústria transformadora da UE com uma elevada percentagem de PME que utilizam e beneficiam com êxito das medidas de defesa comercial da UE, incluindo as indústrias da cerâmica e das bicicletas e a produção de trutas.

Assegurar a eficácia das medidas de defesa comercial continua a ser fundamental para a Comissão, uma vez que reforça o combate a práticas de evasão cada vez mais complexas.

Tal implica um melhor acompanhamento das medidas de defesa comercial em vigor, bem como uma ação eficaz contra as práticas de evasão em constante evolução por parte de países terceiros. Por conseguinte, mais de um quinto das medidas comerciais atualmente em vigor combatem especificamente a evasão por parte dos operadores económicos.

Só em 2023, foram realizados quatro dos 12 novos inquéritos sobre casos suspeitos de evasão que resultaram na extensão das medidas a outros países terceiros. Além disso, duas medidas em vigor foram tornadas extensivas a outros países para fazer face às práticas de transbordo. Houve também um inquérito antiabsorção — que analisou os produtores que baixaram os seus preços para «absorver» os direitos que lhes são impostos —, que resultou num aumento significativo dos direitos iniciais instituídos pela UE.



Energia

Inquérito Eurobarómetro mostra que os europeus estão a tomar medidas para poupar energia e adotar energias limpas, mas querem mais apoio para fazer a transição e manter as suas faturas sob controlo

Um vasto [inquérito](#) agora [publicado](#) mostra que os cidadãos europeus apoiam a política energética prosseguida pela UE nos últimos cinco anos. Numa perspetiva de futuro, manifestam o seu forte apoio a uma maior coordenação a nível da UE e ainda mais esforços a nível nacional e da UE para tornar os preços da energia mais acessíveis, à medida que prosseguimos a transição para as energias limpas e garantimos a nossa independência energética. A grande maioria dos inquiridos (77 %) afirma que a União Europeia deve desempenhar um papel de coordenação mais forte em matéria de energia, dependendo das diferentes circunstâncias.

79 % das pessoas inquiridas concordam que os nossos objetivos climáticos estimularão novos postos de trabalho e atrairão investimentos no setor das energias limpas. 76 % consideram que as nossas políticas reduzirão a dependência das importações de energia e 69 % consideram que assegurarão a redução das faturas de energia para os agregados familiares e as empresas. Para garantir o cumprimento destes objetivos, 62 % afirmaram que a Europa deveria diversificar as suas fontes de energia, nomeadamente investindo em energias renováveis, e 54 % afirmaram que devemos poupar energia sempre que possível.

Quando questionados sobre o significado da política energética da UE, as respostas dos cidadãos colocam uma forte ênfase na acessibilidade dos preços da energia: Em primeiro lugar, 40 % dos inquiridos afirmaram que a política energética da UE deve assegurar preços da energia mais acessíveis para os consumidores, enquanto 33 % afirmaram que a UE deveria investir em tecnologias energéticas inovadoras e 30 % afirmaram que se deveria centrar na redução do consumo de energia. Quando convidados a indicar as políticas da UE dos últimos cinco anos que proporcionaram valor acrescentado aos Estados-Membros, 35 % salientaram o apoio aos investimentos em energias renováveis e 27 % afirmaram que a UE tem valor acrescentado ao investir em tecnologias energéticas inovadoras. Entretanto, 25 % afirmaram que a Europa ajudou a garantir que os preços da energia sejam o mais acessíveis possível, enquanto outros afirmaram ter facilitado as escolhas dos consumidores em matéria de aprovisionamento energético (24 %) ou de produtos energeticamente eficientes (18 %). Quando questionados especificamente sobre a etiqueta energética da UE, três quartos dos inquiridos (75 %) afirmam ter influenciado a sua escolha quando compraram um aparelho nos últimos cinco anos.

Mais de três quartos dos inquiridos (77 %) afirmam ter tomado medidas pessoais, alterando consideravelmente os seus hábitos de consumir menos energia em casa nos últimos cinco anos. 55 % dos inquiridos afirmaram ter adaptado os seus meios de transporte para reduzir o seu consumo de energia e quatro em cada dez (41 %) declararam ter alterado os seus padrões de consumo de energia no trabalho.

As respostas concretas sobre as medidas tomadas pelos cidadãos mostram que a [Vaga de Renovação](#) lançada pela Comissão está a acontecer em toda a Europa. Entre os 44 % dos inquiridos que tomaram medidas para reduzir o consumo de energia em casa, quase metade declarou ter isolado o telhado, as paredes, as janelas ou o chão. Mais de um em cada cinco inquiridos menciona a alteração da caldeira (27 %) ou a instalação de painéis solares (22 %). Entretanto, quase quatro em cada dez medidas não foram tomadas por razões financeiras (37 %) ou porque a decisão é tomada com o seu proprietário ou com os condóminos do edifício (36 %).

Olhando para o futuro, quando solicitada a escolher entre uma lista de opções políticas para alcançar a neutralidade climática, a maioria dos inquiridos afirma que a UE deve incentivar os Estados-Membros a concentrarem-se em medidas de apoio aos agregados familiares em situação de pobreza energética (53 %), a fim de reduzir o consumo de energia (50 %) ou medidas que ajudem os cidadãos a produzir ou consumir energia a partir de fontes renováveis (50 %). 38 % dos inquiridos afirmaram que a UE deve incentivar os Estados-Membros a concentrarem-se em medidas para as indústrias e as empresas; quando questionados sobre quais as políticas específicas que serviriam este objetivo, 35 % afirmaram que a UE deve fazê-lo apoiando a inovação em tecnologias limpas, enquanto 30 % consideram que deve incentivar a poupança de energia.

Em apenas alguns anos, a UE reformulou quase todas as partes da sua legislação em matéria de energia, em consonância com o [Pacto Ecológico Europeu](#), e em resposta à agressão ilegal da Rússia contra a Ucrânia e à instrumentalização dos seus recursos energéticos. As metas em matéria de energias renováveis e eficiência energética foram aumentadas, a renovação de edifícios foi reforçada e o funcionamento dos mercados da eletricidade e do gás foi reformado.

Com os novos instrumentos de financiamento a nível da UE, registaram-se progressos impressionantes para apoiar os cidadãos e a economia na via da descarbonização, com o objetivo de alcançar a neutralidade climática da UE até 2050.

Os custos energéticos historicamente elevados suportados pelos agregados familiares e pelas empresas, desencadeados pelo aumento da procura na sequência da pandemia de COVID-19 e pela invasão da Ucrânia pela Rússia, tornaram-se uma pressão sobre os orçamentos nacionais e conduziram à inflação nos últimos anos. Embora o pico da crise esteja, em grande medida, atrás de nós e a energia já não seja um fator inflacionista predominante, os preços da energia continuam a ser elevados.

As conclusões do inquérito estão bem refletidas na ambição da nova Comissão para 2024-2029, tal como estabelecido nas [orientações políticas](#) da presidente Ursula von der Leyen, e nas [cartas](#) de missão que dirigiu aos comissários indigitados.

Comissão Europeia publica as últimas recomendações para a transposição das disposições da Diretiva Eficiência Energética

A Comissão Europeia publicou as últimas recomendações de um [total de 9 documentos](#) destinados a apoiar os países da UE na transposição da Diretiva (UE) 2023/1791 revista relativa à eficiência energética. Tal como em publicações anteriores, os novos documentos – dedicados especificamente às [questões dos consumidores](#) e aos [serviços energéticos](#) – visam clarificar a perceção da Comissão dos aspetos mais complexos da nova legislação.

Em Nova Iorque, Ursula von der Leyen apela aos representantes do setor privado para investirem na transição para energias limpas

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, disse na "Global Renewable Energy Summit", em Nova York (Estados Unidos), que, diante da necessidade de investimentos maciços para avançar na transição para energias limpas, é necessário alinhar todos os fluxos financeiros globais, incluindo o capital privado, com os objetivos do Acordo de Paris. Numa viagem à 79.ª Assembleia Geral da ONU, Von der Leyen e vários comissários europeus participaram numa série de eventos paralelos relacionados com a transição energética e os esforços climáticos a nível global.

Pode ler [aqui](#) na íntegra a intervenção da Presidente da Comissão Europeia.



Estado de Direito, Democracia e Cidadania

Comissão toma medidas para assegurar a transposição plena e rápida das diretivas da UE

A Comissão publicou um conjunto de decisões sobre o atraso na transposição das diretivas da UE para o direito nacional. Envia cartas de notificação para cumprir aos Estados-Membros que não notificaram as medidas nacionais de transposição de diretivas cujo prazo de transposição expirou recentemente.

Neste caso, 26 Estados-Membros ainda não comunicaram medidas nacionais que complementem a transposição de cinco diretivas da UE nos domínios da justiça, da estabilidade financeira, da energia e do ambiente. Os Estados-Membros em causa dispõem agora de dois meses para responder às cartas de notificação para cumprir e concluir a transposição. Caso contrário, a Comissão pode decidir emitir pareceres fundamentados.

Pode consultar informação detalhada sobre estas medidas tomadas pela Comissão Europeia [aqui](#).

Direitos do consumidor: Conselho adota posição sobre medidas destinadas a facilitar a resolução de litígios

O Conselho adotou o seu mandato de negociação sobre um pacote de medidas destinadas a adaptar o quadro de resolução alternativa de litígios (RAL) aos desafios do mundo digital. Muitos consumidores que têm um desacordo com uma empresa recusam-se a litigar devido aos pequenos montantes envolvidos, à morosidade dos procedimentos ou à falta de confiança na possibilidade de chegar a uma solução satisfatória. Os mecanismos de RAL permitem que os consumidores resolvam os seus litígios com as empresas antes de recorrerem aos tribunais.

A posição do Conselho abrange a revisão da Diretiva RAL e o regulamento relativo à supressão da plataforma de resolução de litígios em linha (RLL). As propostas legislativas visam alargar o âmbito das questões que podem ser resolvidas extrajudicialmente e tornar os mecanismos de RAL mais fáceis, mais rápidos e mais atrativos, tanto para os consumidores como para as empresas.

O mandato de negociação agora adotado limita o âmbito de aplicação da diretiva aos litígios contratuais e ao território europeu. Propõe várias medidas destinadas a reduzir os encargos para todos os intervenientes e habilita a Comissão a substituir a atual plataforma de RLL por uma nova ferramenta digital.

Pode consultar [aquí](#) mais detalhes da proposta da Comissão e do mandato de negociação do Conselho.



Igualdade de género, LGBTIQ, Inclusão social e Migrações

Comissão incentiva Estados-Membros a aplicarem estratégias de igualdade

A Comissão Europeia adotou três relatórios sobre as principais estratégias destinadas a pôr termo à discriminação e a construir uma [União da Igualdade](#): o [Plano de Ação Antirracismo da UE 2020-2025](#), o [Quadro Estratégico da UE para os Ciganos 2020-2030](#) e a [Estratégia para a Igualdade das pessoas LGBTIQ 2020-2025](#).

Os relatórios destacam os progressos realizados na criação de planos de ação nacionais antirracismo, o reforço do apoio às comunidades ciganas e a diminuição da discriminação LGBTIQ. No entanto, o racismo e o ódio contra as pessoas LGBTIQ aumentaram. Os Estados-Membros são incentivados a adotar e executar estratégias e planos de ação nacionais para promover a inclusão, combater a discriminação estrutural e aumentar o financiamento e os recursos administrativos. Além disso, os relatórios concluíram que os Estados-Membros devem intensificar a recolha de dados, bem como adotar metas ambiciosas para medir os seus progressos em matéria de inclusão dos ciganos, o que continua a ser considerado insuficiente.

Esta Comissão fez da luta contra todas as formas de ódio e discriminação uma prioridade. Em dezembro do ano passado, a Comissão e o Alto Representante, Josep Borrell, adotaram uma comunicação conjunta intitulada «[Não há lugar para o ódio: uma Europa unida contra o ódio](#)». A Comissão [propôs](#) igualmente alargar a lista de crimes da UE aos crimes de ódio e ao incitamento ao ódio. Já em 2008, o racismo e a xenofobia tornaram-se crimes na União Europeia. Numa perspetiva de futuro, os Estados-Membros devem cumprir as [novas normas vinculativas aplicáveis aos organismos para a igualdade](#). No próximo mandato, e tal como refletido nas suas Orientações Políticas e cartas de missão, a Presidente von der Leyen definiu a sua intenção de incumbir um comissário de propor uma estratégia renovada para a igualdade LGBTIQ para o pós-2025, apresentar uma nova Estratégia Antirracismo e liderar a implementação do Quadro Estratégico da UE para a Igualdade dos Ciganos.

Os relatórios agora adotados estão disponíveis em linha: [Plano de Ação Antirracismo da UE 2020-2025 – Relatório intercalar](#), [Estratégia para a Igualdade LGBTIQ 2020-2025 – Relatório intercalar](#), [Quadro Estratégico da UE para a Igualdade, Inclusão e Participação dos Ciganos 2020-2030 – Relatório intercalar](#).

África e migração irregular: sobem de tom as críticas do Tribunal de Contas Europeu à ajuda da UE

Os 5 mil milhões de euros do Fundo Fiduciário de Emergência da União Europeia para África (FFUE para África) não focam bem as prioridades para resolver as causas da instabilidade, da migração irregular e das deslocações de população no continente africano. Esta é a conclusão de um novo relatório do Tribunal de Contas Europeu (TCE), que já em 2018 recomendou orientar melhor o apoio do Fundo. Mas as verbas para lidar com a migração continuam demasiado dispersas no terreno, financiando ações muito variadas de desenvolvimento, ajuda humanitária e segurança. Além disso, falta exatidão aos resultados e não se presta a devida atenção aos direitos humanos.

Pode consultar [aquí](#) na íntegra a nota de imprensa do TCE e o [Relatório Especial 17/2024: Fundo Fiduciário da UE para África – Apesar das novas abordagens, continuou a faltar orientação ao apoio](#).

Um consórcio de investigadores insta a UE a repensar a sua definição de «rendimentos» e a avaliar concretamente os custos e benefícios das políticas de migração

A próxima estratégia da UE em matéria de regresso de migrantes em situação irregular deve aprender com as atuais deficiências na aplicação das decisões de regresso, centrar-se no que funciona, com mais indicadores de qualidade, como as partidas voluntárias, e também convidar os Estados-Membros a repensarem a forma como contabilizam estes «regressos» quando os métodos de recolha de dados divergem. Estes são alguns dos ensinamentos retirados na reunião que decorreu em Bruxelas, por vários investigadores e ONG, mas também pela Coordenadora Europeia do Regresso, Mari Juritsch, num evento organizado no Parlamento Europeu pela relatora do PE, Tineke Strik (Verdes/ALE, Países Baixos).

Antes do verão, a presidente eleita da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, tinha anunciado nas suas orientações políticas uma nova estratégia europeia em matéria de regresso, que poderia levar à retirada da reformulação da Diretiva «Regressos», colocada em cima da mesa em 2018, mas que nunca poderia ser adotada pelo Parlamento Europeu.

Embora vários Estados-Membros apelem agora à criação de um novo instrumento que tenha em conta os últimos desenvolvimentos e tendências, a eurodeputada neerlandesa advertiu contra soluções puramente restritivas e questionou o valor acrescentado das

políticas de regresso. Mostrou-se igualmente preocupada com o facto de o novo «Pacto sobre o Asilo e a Migração» deixar muitas questões em aberto sobre esta questão, com um potencial enfraquecimento das garantias processuais e mais riscos no que diz respeito a retrocessos.

A eurodeputada citou, em particular, o novo procedimento fronteiriço, criado pelo Regulamento Procedimentos de Asilo, que também abrangerá as crianças. O evento foi nomeadamente impulsionado pelo projeto de investigação [GAP \(Decentering the Study of Migrant and Return policies\)](#), que analisou as práticas em cinco Estados-Membros: Alemanha, Grécia, Polónia, Suécia e Países Baixos. O estudo concluiu que existem fortes diferenças na prática entre estes Estados-Membros, mas também desafios comuns: incoerências jurídicas e incertezas em torno da aplicação da Diretiva Regresso, preocupações quanto a salvaguardas jurídicas ou proteção contra a repulsão.

Na Alemanha, onde a taxa de retorno é muito baixa, a descentralização dessas políticas resultou em uma aplicação muito heterogênea das decisões de retorno. Nos Países Baixos, o estudo aponta para a fragilidade das vias de recurso contra as decisões de regresso. A Polónia também não dá aos migrantes em causa oportunidade suficiente para contestarem as decisões. O sistema sueco totalmente integrado também não oferece proteção suficiente. Por último, a Grécia é criticada pelas suas práticas de detenção.

Nas suas recomendações políticas, os autores do estudo recordam que a detenção de migrantes para efeitos de regresso deve continuar a ser uma medida de último recurso e "nunca é do interesse da criança". Apelam aos Vinte e Sete para que revejam os seus métodos e realizem análises custo-benefício reais para determinar se a regularização dos migrantes não seria mais benéfica para a sociedade do que a realização de regressos. Poderia também resolver o problema das pessoas que não podem ser repatriadas para os seus países e que permanecem ilegais na UE. Esta é "uma questão humanitária que poderia ser abordada em futuras iniciativas da UE", dizem os autores.

É igualmente necessário definir melhor o conceito de «regresso» e torná-lo mais conforme com as normas em matéria de direitos humanos, bem como assegurar uma maior transparência nos procedimentos; Continua a ser necessário melhorar as estatísticas e os objetivos atribuídos aos dados recolhidos, bem como ser mais transparente quanto aos custos das operações de regresso.

Em 2022, segundo a Frontex, 73 600 cidadãos de países terceiros foram repatriados para um país terceiro. Tal corresponde a 17 % de todas as decisões de regresso tomadas durante o ano, em comparação com 18 % em 2021. De acordo com o coordenador do regresso, no entanto, as taxas tendem agora a aumentar e os critérios de qualidade começam também a ser um pouco mais integrados pelos Estados-Membros. Indicadores de qualidade comuns poderiam ser uma forma de desenvolver na próxima estratégia europeia em matéria de regresso, sugeriu também o coordenador.



Indústria

Comissão aprova regime de auxílios estatais português no valor de mil milhões de euros para apoiar os investimentos em setores estratégicos necessários para promover a transição para uma economia de impacto zero

A Comissão Europeia [aprovou](#) um regime português de mil milhões de euros para apoiar os investimentos na produção do equipamento necessário para promover a transição para uma economia de impacto zero, em consonância com o [Plano Industrial do Pacto Ecológico](#). O regime foi aprovado ao abrigo do [Quadro Temporário de Crise e Transição](#) relativo aos auxílios estatais, adotado pela Comissão em [9 de março de 2023](#) e alterado em [20 de novembro de 2023](#) e em [2 de maio de 2024](#).

Portugal notificou à Comissão, ao abrigo do Quadro Temporário de Crise e Transição, um regime de mil milhões de euros para apoiar investimentos na produção do equipamento pertinente necessário para promover a transição para uma economia de impacto zero.

No âmbito desta medida, o auxílio assumirá a forma de subvenções diretas. A medida estará aberta às empresas que produzem equipamento pertinente, designadamente, baterias, painéis solares, turbinas eólicas, bombas de calor, eletrolisadores, equipamento de captura, utilização e armazenamento de carbono, bem como componentes essenciais concebidos e utilizados principalmente como *input* direto para a produção desse equipamento ou das matérias-primas críticas conexas necessárias à sua produção.

A Comissão considerou que o regime português está em conformidade com as condições estabelecidas no TCTF. Em especial, o auxílio i) incentivar a produção de equipamento pertinente para a transição para uma economia de impacto zero e ii) será concedido o mais tardar até 31 de dezembro de 2025.

A Comissão concluiu que o regime português é necessário, adequado e proporcionado para acelerar a transição ecológica e facilitar o desenvolvimento de determinadas atividades económicas, que são importantes para a execução do [Plano Industrial do Pacto Ecológico](#), em conformidade com o artigo 107.º, n.º 3, alínea c), do TFUE e com as condições estabelecidas no TCTF, pelo, nesta base, a Comissão autorizou as medidas de auxílio ao abrigo das regras da UE em matéria de auxílios estatais.



Instituições & União Europeia

Regiões em destaque: Anuário regional do Eurostat

O pacote do anuário regional do Eurostat de 2024 acaba de ser [publicado](#), oferecendo uma panorâmica abrangente da evolução económica, social, demográfica e ambiental a nível regional nos países da UE. Este pacote revela as diversas realidades em todas as regiões, proporcionando uma visão mais aprofundada da forma como estão a evoluir.

Juntamente com o anuário regional do [Eurostat](#) (também disponível como um [conjunto de artigos Statistics Explained](#)), o Atlas [Estatístico](#) e a publicação interativa [Regions in Europe](#) oferecem um conjunto completo de recursos para os interessados em dados sobre as regiões da UE.

O anuário regional do Eurostat deste ano destaca os [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável](#) informações em mapas, figuras e infografias, facilitando aos leitores a localização e exploração destes indicadores. O capítulo revisto sobre o ambiente dá especial ênfase aos indicadores relativos às alterações climáticas.

Vários capítulos fornecem informações sobre os dados regionais relativos às competências e ao mercado de trabalho, no contexto do Ano [Europeu das Competências](#), que terminou em abril de 2024.

O anuário regional do Eurostat inclui dados relativos a 27 países da UE, 4 países da EFTA e 9 países candidatos e os mapas apresentados no anuário estão também disponíveis como mapas interativos no Atlas [Estatístico](#), permitindo aos utilizadores explorar os dados da sua própria região e compará-los com os resultados em toda a UE.

A publicação interativa [«Regiões na Europa»](#) oferece uma variedade de visualizações dinâmicas com texto curto e conciso. Perfeito para utilização em sala de aula.

Prémio Sakharov 2024: apresentação dos candidatos

Os grupos políticos apresentaram os seus candidatos ao Prémio Sakharov 2024 durante uma reunião da comissão mista, sendo os três finalistas selecionados em outubro.

Os candidatos ao Prémio Sakharov 2024, a mais elevada homenagem prestada pela UE ao trabalho no domínio dos direitos humanos, são: **María Corina Machado** como líder das forças democráticas na Venezuela e Presidente eleito **Edmundo González Urrutia**, representando todos os venezuelanos dentro e fora do país que lutam pela reinstituição da liberdade e da democracia, Venezuela, nomeada pelo Grupo PPE; "**Mulheres pagam a paz**" e "**Mulheres do sol**" e as suas cofundadoras **Yael Admi** e **Reem Hajajreh**, Israel/Palestina, nomeadas pelo grupo S&D; **Elon Musk**, Estados Unidos da América, nomeado pelo grupo Patriots for Europe; **Edmundo González Urrutia**, Venezuela, nomeado pelo grupo ECR; **Women Wage Peace & Women of the Sun**, Israel/Palestina, nomeadas pelo grupo Renew Europe; **Dr. Gubad Ibadoghlu**, Azerbaijão, nomeado pelo Grupo dos Verdes/ALE; **Jornalistas na Palestina (Hamza & Wael Al-Dahdouh, Plestia Alaqad, Shireen Abu Akleh e Ain Media em honra de Yasser Murtaja & Roshdi Sarraj)**, Palestina, nomeados pelo grupo The Left; e **Elon Musk**, Estados Unidos da América, nomeado pelo grupo Europa das Nações Soberanas.

Os candidatos foram [apresentados](#) numa reunião conjunta realizada pela Comissão dos Assuntos Externos, pela Subcomissão dos Direitos do Homem e pela Comissão do Desenvolvimento.



Investigação e inovação científica, ciência

Investigação - Quinze Estados-Membros convidam a Comissão Europeia a prosseguir o programa de difusão da excelência

A Bulgária, a Croácia, Chipre, a Chéquia, a Estónia, a Letónia, a Lituânia, a Polónia, Malta, a Grécia, a Hungria, a Eslováquia, a Eslovénia, **Portugal** e a Roménia salientaram, numa carta dirigida à Comissão Europeia, à Comissária Iliana Ivanova e à Comissária indigitada Ekaterina Zaharieva, publicada em 25 de setembro, "a importância primordial de prosseguir a vertente 'Alargamento' de participação e divulgação da excelência" no programa que sucederá ao Horizonte Europa «para promover a excelência da investigação na UE». Segundo eles, o próximo Programa-Quadro de Investigação e Inovação da UE (PQ10) deve manter os elementos-chave da agenda de difusão da excelência, integrando simultaneamente outras ações, a fim de melhorar "verdadeiramente" a colaboração em matéria de investigação e inovação em toda a Europa e a participação global de todos os Estados-Membros em todos os pilares do décimo programa quadro.



Mar e Pescas

A Europêche faz soar o alarme sobre as drásticas reduções de quotas propostas pela Comissão Europeia

O setor europeu das pescas, representado pela Europêche, manifestou a sua grande preocupação e decepção com as reduções profundas das capturas propostas para muitas espécies (incluindo o biqueirão) durante uma [reunião](#) na quinta-feira, 26 de setembro, com o Vice-Presidente da Comissão Europeia, Maroš Šefčovič, e representantes dos Estados-Membros da UE.

A organização solicitou à Comissão "mais flexibilidade" e um aumento de 10% dos totais admissíveis de capturas (TAC) de bacalhau no Mar do Norte. No entanto, a Europêche encorajou a Comissão a tomar "uma posição firme contra as práticas irresponsáveis e não cooperantes da Noruega, incluindo a fixação unilateral de quotas excessivas de sarda e a apreensão de quotas de bacalhau".

Relativamente ao atum, a Europêche apelou ao levantamento da moratória sobre os FAD (dispositivos de concentração de peixe), para "evitar o colapso" da frota de cercadores com rede de cerco, cujos navios e capturas já caíram 40% desde 2016.



Mobilidade

Reforma do céu único: Conselho adota posição em primeira leitura para melhorar a eficiência da gestão do espaço aéreo na UE

A fim de melhorar a eficácia global da organização e gestão do espaço aéreo europeu, o Conselho adotou a sua posição em primeira leitura sobre a reforma do Céu Único Europeu.

O objetivo da reforma é melhorar o desempenho, a organização e a gestão dos espaços aéreos na UE, bem como a prestação de serviços de navegação aérea, a fim de aumentar a capacidade, reduzir os custos e aumentar a adaptabilidade do sistema, tentando simultaneamente reduzir o impacto da aviação no ambiente e no clima. A posição do Conselho em primeira leitura mantém os principais objetivos do Céu Único Europeu: reforçar a segurança, responder às necessidades de capacidade e ajudar a reduzir as emissões de CO₂, sendo simultaneamente eficaz em termos de custos.

Pode consultar [aqui](#) os principais elementos da posição do Conselho e as próximas etapas conducentes à conclusão deste processo legislativo.

Abertura do mercado ferroviário: concorrência conduz a preços mais baixos dos bilhetes, conclui estudo da UE

Um estudo [publicado](#) pela Comissão Europeia destaca os benefícios para os utilizadores da concorrência tanto no transporte ferroviário de passageiros como no transporte ferroviário de mercadorias. Revela que o aumento da concorrência no mercado ferroviário da UE resultou em reduções significativas dos preços dos bilhetes para os passageiros ferroviários e dos custos do transporte de mercadorias.

Os ganhos de eficiência são evidentes em todos os segmentos - acesso aberto aos passageiros, obrigações de serviço público (OSP) e transporte de mercadorias. Por exemplo, no mercado de acesso aberto, a Itália registou uma redução de 31 % nos preços, enquanto a Áustria registou um aumento de 41 % na frequência dos serviços, o que ilustra a forma como a concorrência melhora a acessibilidade dos preços e a qualidade dos serviços. Estas melhorias de eficiência proporcionam benefícios como tarifas mais baixas, maior frequência, mais conforto e poupanças de custos públicos. No mercado das OSP, em que os Estados-Membros compensam as empresas ferroviárias pela prestação de serviços essenciais, mas comercialmente inviáveis, os concursos públicos em França conduziram a um aumento da frequência até 110 % em determinadas linhas, a par da introdução de novo material circulante. No mercado do transporte ferroviário de mercadorias, a concorrência conduziu a uma diminuição dos preços e dos custos operacionais, com um ligeiro aumento da procura, em especial no transporte intermodal de mercadorias, como demonstrado pelo crescimento estável e resiliente da quota do transporte ferroviário na Alemanha.

Embora a abertura do mercado do transporte de passageiros seja relativamente recente, com plenos efeitos ainda pendentes, a continuação da aplicação do quarto pacote ferroviário e das medidas conexas será fundamental para realizar todo o seu potencial.

Os principais domínios a melhorar no mercado dos serviços ferroviários incluem as infraestruturas, a bilhética e a igualdade de acesso. Em termos de infraestruturas, é essencial reforçar a interoperabilidade, a digitalização e desenvolver horários flexíveis e coordenados, a par de uma gestão eficiente do tráfego da rede a nível da UE. No que diz respeito à bilhética, a garantia de um acesso equitativo a plataformas de bilhetes para todos os operadores, bem como a disponibilidade de ofertas de bilhetes para vendedores de bilhetes independentes, promoveriam a transparência e a concorrência. Além disso, deve ser assegurada a igualdade de acesso à infraestrutura, à disponibilidade e ao financiamento do material circulante e às instalações de serviço, a fim de permitir que todos os operadores concorram em condições equitativas.

A resposta a estes desafios é crucial para libertar todo o potencial da concorrência, beneficiando tanto a indústria como os consumidores. Por conseguinte, a Comissão apresentou uma [proposta relacionada com a gestão da capacidade da infraestrutura ferroviária](#), a fim de melhorar a eficiência na utilização da rede ferroviária. Ao mesmo tempo, a UE está a investir fortemente nas suas infraestruturas ferroviárias através do Mecanismo Interligar a Europa (MIE). No âmbito dos últimos convites à apresentação de propostas do MIE-Transportes (2023), em julho de 2024, a Comissão [selecionou 134 projetos](#) de infraestruturas de transportes para receber mais de 7 mil milhões de EUR. 81 % deste investimento foi consagrado a projetos ferroviários (mais de 5,7 mil milhões de EUR). Quando a rede [transeuropeia de transportes \(RTE-T\)](#) estiver concluída, reduzirá significativamente o tempo de viagem dos caminhos de ferro. Por exemplo, em 2030, os passageiros poderão viajar entre Copenhague e Hamburgo em 2h30 de trem, em vez das 4h20 necessárias hoje.



Saúde

Declaração internacional sobre a luta contra a resistência antimicrobiana

A Comissão Europeia [congratula-se](#) com a declaração política alcançada na [Assembleia Geral das Nações Unidas](#) (AGNU) para intensificar a ação contra a resistência antimicrobiana (RAM). Na reunião ministerial de alto nível realizada em Nova Iorque, os países membros das Nações Unidas, incluindo os Estados-Membros da UE, e a UE (a Comissária Stella Kyriakides falou em nome da UE nesta 2.ª reunião de alto nível sobre a resistência antimicrobiana (RAM), podendo a sua intervenção ser consultada [aqui](#)) comprometeram-se a tomar medidas concretas para combater a RAM em todos os setores, através de uma abordagem «Uma Só Saúde» que reconheça que a saúde humana, animal e ambiental estão intrinsecamente ligadas.

A declaração é um sinal forte do consenso mundial sobre a necessidade de fazer face a esta grave ameaça para a saúde mundial, que foi diretamente responsável por quase 1,2 milhões de mortes em todo o mundo em 2021 e contribuiu para mais 4,7 milhões de mortes no mesmo ano. Estima-se que, em 2050, poderão ocorrer mais de 8,2 milhões de mortes associadas a bactérias resistentes a nível mundial, caso não sejam tomadas medidas urgentes.

Os dirigentes políticos comprometeram-se a adotar uma série de medidas para combater a RAM, incluindo uma melhor prevenção, vigilância, monitorização, financiamento, acesso, inovação e sensibilização. Entre os compromissos constantes da declaração contam-se: Uma meta para reduzir o número mundial de mortes por RAM bacteriana em 10 % até 2030; A execução de planos de ação nacionais por todos os países para combater a RAM através da abordagem «Uma Só Saúde»; A criação de um painel independente para uma ação baseada em dados concretos contra a RAM. O painel, que a UE ajudará a financiar com 2,5 milhões de EUR em 2025, reunirá e consolidará dados sobre a RAM e fornecerá orientações aos decisores políticos de todo o mundo; A utilização dos quadros existentes para o intercâmbio de experiências e boas práticas e para avaliar os progressos realizados na execução dos planos de ação nacionais, elaborando as orientações científicas acima referidas. As reuniões ministeriais periódicas farão o balanço dos progressos realizados a nível mundial; Um compromisso de reduzir significativamente a utilização de antibióticos no setor agroalimentar até 2030; e, a promoção do financiamento sustentável, com especial apoio aos países de rendimento baixo e médio, e o levantamento do financiamento disponível para a RAM.

A RAM é uma das maiores ameaças para a saúde dos nossos tempos, exercendo uma pressão significativa sobre os nossos sistemas de saúde. Na Europa, 1 em cada 5 infeções bacterianas são resistentes aos antibióticos, atingindo 40 % em alguns Estados-Membros.

Além disso, a RAM tem um impacto económico grave, estimando-se que custa apenas aos sistemas de saúde um montante adicional de biliões de dólares até 2050. Na Europa, o custo atual estimado da RAM é de 11,7 mil milhões de EUR por ano em despesas de saúde e perda de produtividade.

A nível da UE, a RAM é uma das mais elevadas prioridades em matéria de saúde pública, refletida nas medidas tomadas para a combater a todos os níveis do ecossistema. Entre as principais medidas da UE para combater a RAM contam-se as [metas de redução do consumo de antibióticos nos seres humanos](#), as regras para [limitar os antibióticos na pecuária, o investimento em investigação e desenvolvimento](#) para apoiar o desenvolvimento de novos antibióticos e o reforço da [monitorização ambiental](#) para evitar que os resíduos de antibióticos contaminem o solo e a água.

Além disso, a Comissão lançou também esta semana uma [nova campanha](#) para promover uma maior sensibilização dos jovens para a RAM e combater a RAM através de uma abordagem de toda a sociedade. A UE é também uma defensora ativa de uma resposta mais forte «Uma Só Saúde» à ameaça da RAM a nível mundial.



Tecnologia e Informática

Mais de uma centena de empresas assinam compromissos do Pacto da UE para a IA no sentido de impulsionar um desenvolvimento fiável e seguro da IA

A Comissão [anunciou](#) mais de uma centena de empresas que são os primeiros signatários do Pacto da UE para a Inteligência Artificial (IA) e dos seus compromissos voluntários. Os signatários incluem empresas multinacionais e pequenas e médias empresas (PME) europeias de diversos setores, incluindo as TI, as telecomunicações, os cuidados de saúde, a banca, o setor automóvel e a aeronáutica. O Pacto apoia os compromissos voluntários da indústria no sentido de começar a aplicar os princípios do Regulamento Inteligência Artificial antes da sua entrada em vigor e reforça o diálogo entre o Gabinete da UE para a IA e todas as partes interessadas pertinentes, incluindo a indústria, a sociedade civil e o meio académico.

Os compromissos voluntários do Pacto da UE para a IA instam as empresas participantes a empenharem-se em, pelo menos, três ações principais: Estratégia de governação da IA para promover a adoção da IA na organização e trabalhar no sentido da futura conformidade com o Regulamento Inteligência Artificial; Mapeamento dos sistemas de IA de risco elevado: Identificação de sistemas de IA suscetíveis de serem classificados como de risco elevado nos termos do Regulamento Inteligência Artificial; e, Promover a literacia e a sensibilização do pessoal em matéria de IA, assegurando o desenvolvimento ético e responsável da IA.

Para além destes compromissos fundamentais, mais de metade dos signatários comprometeu-se a assumir compromissos adicionais, incluindo a garantia da supervisão humana, a atenuação dos riscos e a rotulagem transparente de determinados tipos de conteúdos gerados por IA, como as falsificações profundas. As empresas são bem-vindas a aderir ao Pacto para a IA e a comprometer-se com os compromissos essenciais e adicionais a qualquer momento até que o Regulamento Inteligência Artificial seja plenamente aplicável.

Paralelamente aos esforços para ajudar as empresas a aplicar o Regulamento Inteligência Artificial em antecipação do prazo legal, a Comissão está a tomar medidas para impulsionar a inovação na UE no domínio da IA. A iniciativa [«fábricas de IA»](#), de 10 de setembro

de 2024, proporcionará às empresas em fase de arranque e à indústria um balcão único para inovar e desenvolver a IA, incluindo dados, talentos e capacidade computacional. As fábricas de IA impulsionarão igualmente o desenvolvimento e a validação de aplicações industriais e científicas no domínio da IA em setores fundamentais europeus como os cuidados de saúde, a energia, a indústria automóvel e os transportes, a defesa e a indústria aeroespacial, a robótica e a indústria transformadora, as tecnologias limpas e agrícolas.

As fábricas de IA são um dos destaques do [pacote de inovação no domínio](#) da IA apresentado pela Comissão em janeiro de 2024, juntamente com medidas de apoio ao capital de risco e ao capital próprio, a implantação de [espaços comuns europeus de dados](#), a iniciativa «GenAI4EU» e o [grande desafio da IA](#), que proporciona apoio financeiro às empresas em fase de arranque e acesso aos supercomputadores da UE, entre outras medidas. A Comissão criará igualmente um Conselho Europeu de Investigação no domínio da IA para explorar o potencial dos dados e a estratégia de aplicação da IA para impulsionar novas utilizações industriais da IA.

O [Regulamento Inteligência Artificial](#) entrou em vigor em 1 de agosto de 2024. Algumas disposições do Regulamento Inteligência Artificial já são plenamente aplicáveis. Todo o Regulamento Inteligência Artificial será plenamente aplicável 2 anos após a sua entrada em vigor, com algumas exceções: as proibições produzirão efeitos após seis meses, as regras de governação e as obrigações aplicáveis aos modelos de IA de finalidade geral tornar-se-ão aplicáveis após 12 meses e as regras aplicáveis aos sistemas de IA incorporados em produtos regulamentados serão aplicáveis após 36 meses.

Novo guia prático do Regulamento Governação de Dados

Há um ano, entrou em vigor o Regulamento Governação de Dados. Para assinalar esta ocasião, a Comissão [publica](#) um guia prático (pode aceder [aqui](#) à versão em português) para ajudar as partes interessadas a aplicar o Regulamento Governação de Dados .

O [Regulamento Governação de Dados](#) é um pilar da [estratégia europeia para os dados](#). Mais especificamente, visa aumentar a partilha voluntária de dados em benefício das empresas e dos cidadãos, facilitando a partilha de dados de forma fiável e segura.

Juntamente com as outras medidas no âmbito da estratégia para os dados, o Regulamento Governação de Dados contribuirá para libertar todo o potencial dos dados. Tal servirá de poderoso motor para a inovação e a criação de emprego. Ao mesmo tempo, os dados são um recurso fundamental para o crescimento de todas as organizações, especialmente as empresas em fase de arranque e as PME. O objetivo final é criar um [mercado único europeu de dados](#), no qual os dados possam circular sem descontinuidades entre setores e fronteiras.

O impacto do Regulamento Governação de Dados já é tangível: [Onze organizações](#) notificaram como prestadores de serviços de intermediação de dados que prestam serviços em toda a UE e [uma organização](#) registou-se como organização de altruísmo de dados.

Além disso, quaisquer utilizadores interessados (incluindo cidadãos, empresários e investigadores) podem procurar e encontrar informações sobre dados protegidos que não possam ser disponibilizados ao abrigo das regras gerais em matéria de dados abertos (por exemplo, dados relativos à saúde ou à mobilidade) através do [registo europeu de dados protegidos na posse do setor público](#).

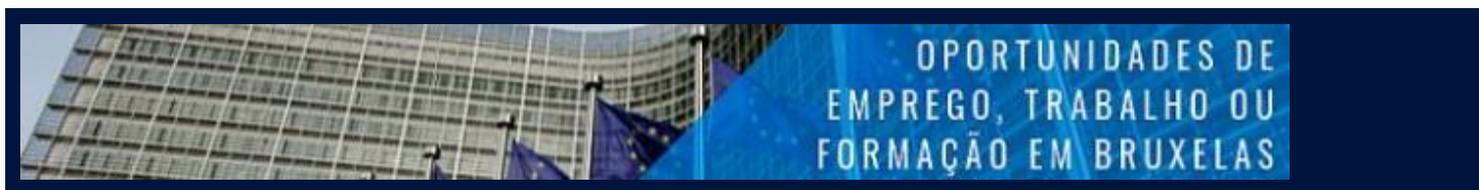
Além disso, o [Conselho Europeu da Inovação de Dados](#), que reúne os Estados-Membros e as partes interessadas para partilhar boas práticas sobre a aplicação do Regulamento Governação de Dados, já se reuniu quatro vezes.

O documento de orientação é um guia aprofundado para ajudar as partes interessadas a compreender as disposições e a colher os benefícios do Regulamento Governação de Dados. Não é um documento juridicamente vinculativo nem representa a posição formal da Comissão. Em vez disso, destina-se a ajudar a indústria e os Estados-Membros, bem como quaisquer outras partes interessadas, a compreender melhor as várias medidas estabelecidas ao abrigo do Regulamento Governação de Dados.

O guia está sujeito a atualizações periódicas, nomeadamente para ter em conta os ensinamentos retirados à medida que a experiência adquirida com a aplicação do Regulamento Governação de Dados se for acumulando ao longo do tempo.

Mais no Parlamento Europeu:

[Calendário para 2024 e 2025.](#)





Procura emprego nas Instituições Europeias?

No [EU Careers](#) encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das [instituições europeias](#)! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no [#EUandMe](#)! Oportunidades: [Agência da União Europeia para a Cibersegurança](#).



Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro

O [Portal Europeu da Mobilidade Profissional](#) publicou um artigo onde explica os seis passos para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.



Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No [Trusted Jobs](#) encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!



Estágios

[Nesta página dedicada](#) poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.



Procura emprego na Europa?

Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O [EuroBrussels](#) é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.



Agência Europeia de Defesa está à procura de estagiários em diversas áreas

A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas. Informações em detalhe [aqui](#).



Banco Europeu de Investimento: Traineeship & Grad Programmes

O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



Empregos e estágios através do Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Verifique [aqui](#) as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.



Agência Espacial Europeia

Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a [ferramenta de procura de vagas](#) da Agência Espacial Europeia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



IFREMER

O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na [base de dados](#) dedicada deste instituto.



Corpo Europeu de Solidariedade

O [Corpo Europeu de Solidariedade](#) é uma iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em [projetos](#), no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama de

projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições [aqui](#).



Açorianos no Mundo

“Açorianos no Mundo” é uma plataforma *online*, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, conseqüentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integrarão o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se [aqui](#).



Produtos alimentares Açorianos em Bruxelas

Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: [Casa Portuguesa](#), [Lusoloja](#), [SolAr](#) e [Mercado Português](#).



Viver em Bruxelas

Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: [Bxl à Louer - de bouche à oreille \(II\)](#), [BRUXELLES: Location appartement, Colocation, Sous-location chambre à louer](#), [Colocation Bruxelles](#), [Immoweb](#), e [Logic-immo](#). E muito mais: [Xpatris](#).

O Gabinete dos Açores em Bruxelas tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. [Contacte-nos!](#)



O que é o AZ@BXL?

O AZ@BXL é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospeção, seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. O boletim está redigido em português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o inglês, o francês e o castelhano. As imagens utilizadas pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao SIARAM ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras. **Legenda: Título da notícia a vermelho**, nova notícia; Notícia já exposta no número anterior, **título da notícia a verde**; A notícia herdada do número anterior, mas com alterações, **título da notícia em cor-de-laranja**. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.

Legenda:



Açores



Agricultura, Alimentação e Ruralidade



Ambiente



Coesão e solidariedade interna da UE



European Investment Bank BEI



Biológico



Economia, Comércio, concorrência



Conselho Europeu / Conselho



Comissão Europeia



Comité das Regiões Europeu CoR



Coronavírus



Cultura e Comunicação



Desporto



Diplomacia e solidariedade externa da UE



Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT – [Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial](#) | AESA – [Agência da UE para a Segurança Aérea](#) | BCE – [Banco Central Europeu](#) | BEI – [Banco Europeu de Investimento](#) | CE – [Comissão Europeia](#) | CEO – [Chief Executive Officer](#) | CESE – [Comité Económico e Social Europeu](#) | CoR- [Comité das Regiões](#) | CPLP – [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#) | CRPM – [Conferência das Regiões Periféricas Marítimas](#) | EBA – [Autoridade Bancária Europeia](#) | EBDC – [European Bureau for Conservation and Development](#) | EEE – [Espaço Económico Europeu](#) | EIT - [Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia](#) | EMA – [Agência Médica Europeia](#) | EMB – [European Marine Board](#) | EMSA – [Agência Europeia de Segurança Marítima](#) | ERC – [Conselho Europeu de Investigação](#) | ESA – [Agência Espacial Europeia](#) | EUA – [Estados Unidos da América do Norte](#) | FEADER – [Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural](#) | FEAGA – [Fundo Europeu Agrícola de Garantia](#) | FEI – [Fundo Europeu de Investimento](#) | FEIE – [Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos](#) | GEE – [Gases com Efeito de Estufa](#) | GPS – [Sistema de Posicionamento Global dos EUA](#) | IA – [Inteligência Artificial](#) | ICCAT – [Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico](#) | IMO – [Organização Marítima Internacional](#) | JRC – [Centro de Pesquisa Conjunto da CE](#) | OCM – [Organização Comum dos Mercados Agrícolas](#) | ODS – [Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU](#) | OMC – [Organização Mundial do Comércio](#) | OMS – [Organização Mundial de Saúde](#) | ONU – [Organização das Nações Unidas](#) | PAC – [Política Agrícola Comum da UE](#) | PE – [Parlamento Europeu](#) | PES – [Partido Socialista Europeu](#) | PME – [Pequenas e médias empresas](#) | PPE – [Partido Popular Europeu](#) e [PPE no PE](#) | Q&A – Perguntas e Respostas | QFP – [Quadro Financeiro Plurianual da EU](#) | RIS – [Regional Innovation Scoreboard](#) | RUP – [Regiões Ultraperiféricas da União Europeia](#), de acordo com o artigo 349 do TFUE | S&D – [Aliança Progressiva dos Socialistas e Democratas](#) (inclui o PES no PE) | UE – [União Europeia](#) | TCE – [Tribunal de Contas Europeu](#) | TFUE – [Tratado sobre o Funcionamento da UE](#) | TJUE – [Tribunal de Justiça da UE](#) |

Autoria:

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se [sugestões!](#)



[Quero receber este boletim \(envie-nos o seu email\)](#) – [Quero deixar de receber este boletim](#)

Conheça a nossa Política de Privacidade – [PT](#) e [EN](#)

Consulte os [números anteriores](#)

Saiba mais sobre o [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#)

gabinetebruxelas@azores.gov.pt | [@AzoresEUoffice](#) | [Google Maps](#)

Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!